

Povos Indígenas no Brasil

Fonte

O Estado de São Paulo

Class.:

AM-Desmata/10

Data

11.01.79

Pg.:

18

Cientistas contra proibição do simpósio na Amazônia

Do serviço local, sucursais e correspondentes

"Uma vergonha. Ciência sem discussão é magia negra. Proibição partida do Conselho de Segurança Nacional torna a decisão eivada de suspeitas. A medida decorre de problemas políticos. Empresas multinacionais interessadas na madeira da Amazônia devem ter pressionado o governo para que o simpósio fosse cancelado. Uma medida coercitiva, que não poderia atingir a Ciência".

Essas foram as principais reações da comunidade científica brasileira e dos ecologistas à proibição do governo para que a Associação de Biologia Tropical (ABT), dos Estados Unidos, realizasse o "V Simpósio sobre Refúgios da Amazônia", programado para o período de 8 a 13 de fevereiro em Manaus. Um membro da ABT disse estar desapontado com a medida, mas alguns chegaram a defendê-la, em nome da "segurança nacional" e da preservação de informações econômicas.

Para José Lutzemberger, presidente da Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural — que esteve ontem em São Paulo —, a proibição "é uma vergonha". Na sua opinião, "estão com medo de ver cientistas de todo o mundo discutindo a Amazônia porque querem tirar tudo que podem". Depois de afirmar que no simpósio seriam discutidos assuntos biológicos que estão ligados ao que aconteceu na Amazônia há dezenas de milhares de anos, Lutzemberger perguntou: "Do que eles têm medo? Têm medo de ver reunidos na Amazônia cientistas de gabarito que possam ver o que está acontecendo por lá?"

Para Camillo Vianna, presidente da Sociedade de Preservação dos Recursos Naturais e Culturais da Amazônia (de Belém), ciência sem discussão é magia negra, e a Amazônia precisa ser discutida em todos os seus setores. "No momento em que se anuncia uma abertura, falar em censura é verdadeira

alienação". Na sua opinião, um dos mais graves problemas da Amazônia é exatamente o silêncio.

Camillo Vianna não vê como os cientistas brasileiros possam estar arriscados a perder o controle de informações vitais sobre o ecossistema da Amazônia, pois basta que o governo não permita que isso ocorra, que fiscalize essas pesquisas, pois "não estamos em guerra com ninguém". Além disso, entende que a Amazônia é uma área praticamente desconhecida em termos de Ciência, o que seria mais um motivo para que o governo aceite todas as pesquisas realizadas na área.

SUSPEITA

Outro que protestou contra a proibição foi o presidente do Centro Mineiro de Conservação da Natureza, Hugo Eiras Furquim Werneck, para quem "o simples fato de ter partido do Conselho de Segurança Nacional já torna a decisão eivada de suspeitas, porque esse órgão até hoje vem cuidando muito mais da segurança de um pequeno grupo dominante do que dos interesses da Nação". Como outros, também não vê, na proibição, qualquer intenção de se proteger possíveis interesses científicos, pois, com a multiplicidade de conhecimentos existentes atualmente, "é muito difícil esconder alguma coisa".

Furquim Werneck, depois de dizer que não seria por causa de um simpósio de portas abertas que a soberania nacional seria afetada, acrescentou que a atitude do governo "deve mostrar muito mais o desejo que o grupo dominante tem de isolar a opinião pública do que está pretendendo fazer na Amazônia". A intervenção do Conselho de Segurança Nacional nesse assunto eminentemente científico demonstra, segundo ele, que o governo já tem traçadas as medidas que vai impor ao povo brasileiro, sem permitir o pronunciamento da população.

Problemas políticos: esta foi a conclusão de José Cândido

de Mello Carvalho, presidente da Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza — com sede no Rio —, para explicar a proibição do Simpósio da ABT. Ele acha que não há nenhum risco para a segurança nacional no encontro de um grupo de cientistas, interessados, apenas, em estudar as condições de vida na Amazônia, durante a última Era Glacial — o principal objetivo do encontro, que agora será realizado na Venezuela.

"Não creio que estejamos correndo o risco de perder o controle de informações sobre a Amazônia. Temos inúmeros técnicos no assunto e, além disso, as informações qualitativas são de caráter universal; as quantitativas é que têm conotações políticas."

MULTINACIONAIS

Na opinião do professor João José Bigarela, geólogo e naturalista de Curitiba, a proibição do Simpósio deve ter sido consequência de pressões de empresas multinacionais interessadas na madeira da Amazônia. Dizendo que isso não é possível provar, Bigarela argumentou que "não há outra maneira de interpretar o que aconteceu".

Decepcionado, pois iria participar do encontro e estava preparando uma tese ("A ciclagem climática na Amazônia no período quaternário"), o especialista disse não entender a medida "já que a pesquisa científica é livre em todo o mundo" e as teses programadas eram essencialmente técnicas e puramente científicas.

Em Porto Alegre, o professor Mozart Perreira Soares, ex-diretor da Faculdade de Agronomia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, afirmou que a proibição é uma medida coercitiva, que não poderia atingir a Ciência. Segundo ele, "em relação à Amazônia o problema de segurança nacional é a necessidade de explorá-la racionalmente, e não o debate sobre o assunto, que deve ser aberto, internacional".

O cancelamento do encontro também foi lamentado, em Washington, pelo dr. Ghilleen T. France, da Associação de Biologia Tropical, que disse estar "muito desapontado" com a atitude tomada pelo governo brasileiro. France explicou que a ABT decidiu enfrentar todas as dificuldades e assumir as despesas adicionais para realizar o Simpósio no Brasil exatamente porque somente assim seria possível a participação de um grande número de especialistas brasileiros, que "enfrentam dificuldades com a burocracia e com o depósito compulsório para viagens ao Exterior". Na circular em que comunicou aos inscritos a proibição do governo brasileiro, o secretário da ABT, Clifford Evans, informou que esteve com o embaixador brasileiro nos Estados Unidos, João Baptista Pinheiro, e este prometeu a isenção no prazo de duas semanas.

A FAVOR

A favor da medida adotada pelo governo está o general Tasso Vilar de Aquino, consultor da Secretaria Especial do Meio Ambiente para assuntos da Amazônia, o qual, afirmou, no Rio, que considera "exclusivamente nosso" o problema de pesquisas na região amazônica.

"Não creio — acrescentou — que haja problemas na internacionalização das pesquisas, salvo quando entrarem aspectos econômicos. Seria até conveniente a colaboração de entidades estrangeiras bem-intencionadas, mas só a colaboração." O general não soube explicar os motivos do cancelamento, atribuindo-os a "razões próprias", que desconhece.

Técnicos e pesquisadores do Centro de Energia Nuclear da Agricultura, de Piracicaba, também se manifestaram favoráveis à proibição, argumentando que "no Brasil existem vários institutos — como o próprio CENA — com gente e técnica competentes para os estudos, e não há a necessidade da internacionalização dos debates".